

A mãe judia (portuguesa) de Michel de Montaigne ou o carácter implacável do anti-semitismo francês?

Alfredo Margarido

Professor Universitário, ULHT, Lisboa

Hesitei no título a dar a esta curta reflexão, que anuncia outra mais vasta, destinada a pôr em evidência a maneira como uma figura mítica da cultura francesa foi obrigada a desembaraçar-se da sua origem e educação judias, para estar em condições de ocupar, no panteão francês o lugar que lhe cabe: não só como moralista, mas também, -quando não sobretudo – como autor capaz de reconhecer e de inventariar as novas formas adquiridas pela diferença. Optei por pôr em evidência, no título, a condição antropológica da mãe de Michel de Montaigne, inserida na comunidade sefardita de Bordéus, formada em grandíssima parte por judeus obrigados a abandonar a Península Ibérica. É esta “mácula” que nitidamente incomoda, há séculos, os intelectuais franceses e que os leva a “ignorar” as condições de origem do pensador. Daí a razão do sub-título, destinado a integrar tais comportamentos no quadro do anti-semitismo francês, na sua variante gascã.

Por outro lado os *Essais* obrigam a repensar a relação existente entre a longa duração que, pelo menos a partir de 1956 se tornou um instrumento obrigatório do historiador, e a curta duração, limitada à longevidade média do próprio historiador, servindo aqui de norma aplicável aos homens. Estamos por isso a assistir, nos dias de hoje, a uma modificação substancial do campo histórico como revela a multiplicação das biografias e das autobiografias: seme-

lhante situação quer dizer que superámos, enfim, a ditadura da história quantitativa – que esterilizou tantos bons historiadores dos *Annales* – assim como a obrigação de identificar e definir as “estruturas”. Um grafito encontrado numa das paredes de Sorbona, em Maio de 1968, proclamava de maneira taxativa: “*as estruturas não manifestam na rua !*”. Estamos, de certa maneira, perante uma mini-polémica interna ao próprio tecido da história, opondo a longa duração – que Fernando Brudel encontrara nas ferramentas maltratadas na historiografia alemã -, e a curta duração, ou aquela duração que corresponde à vida normal de um homem. Cabe agora à biografia, assim como à auto-biografia, estabelecer o laço unindo as duas formas de duração e de memória, o que talvez implique um regresso a Bergson, sem rejeitar B. Groethuysen ou Em. Levinas, podendo nós alargar o nosso campo teórico para incluir a psiquiatria da reflexão de E. Minkowski.

É por essa razão algo surpreendente verificar que, na quase totalidade das biografias de Michel de Montaigne (1533-1592), se aceitam falsos-autênticos mistérios, agravados no caso das relações com a mãe, à qual de resto o pensador não faz nos seus *Essais* (1580) a menor referência. É certo que os *Essais* não são uma auto-biografia, embora a sua reflexão esteja baseada na experiência de Montaigne. Esta ocultação, que responde a um projecto certamente

meditado, devia intrigar os biógrafos e analistas da obra de M. Montaigne, mas tal não acontece. Não é sem surpresa que podemos dar-nos conta de que esta rejeição da mãe não intriga os historiadores franceses.

Numa das mais recentes edições dos *Essais* (em Paris na Pochotèque, 2001), aceite-se, sem embaraços, semelhante situação como sendo, por assim dizer, inevitável, ou seja, estritamente normal. Referindo-se à passagem de Montaigne por Toulouse, onde terá estado instalado em casa da sua família materna – os Louppes – e matriculado em direito, experiência que não merece uma palavra de um analista tão minucioso, o autor da introdução não hesita em escrever sem o mínimo titubeio: “mas será legítimo romper um silêncio tão cuidadosamente alimentado?” (p. IX). O historiador suspende a sua investigação, intimidado pelo volume cultural representado pelo próprio Montaigne. Mas não aparece aqui já o propósito de dissimular a sua origem judia? O candidato ao enobrecimento não pode desconhecer as regras que presidem às teorias do “sangue puro”, e recusa deixar-se enredar pela sua própria genealogia e pela decisão de seu pai, o burguesíssimo Pierre Eyquem que o instalou em casa da família judia.

É deste quadro que somos forçados a interessar-nos pela figura da mãe que não é nunca referida nos *Essais*. É certo que Pierre Eyquem também não é referido senão nove vezes, embora assinale alguns passos autobiográficos fundamentais. Face a este silêncio, a crítica francesa mantém-se fiel ao que podemos designar como sendo a norma erudita, respeitando um silêncio que também não deve ser interrogado; “mas já que ele

(Montaigne) se cala, imitemos o seu silêncio” (p. X). Não se pode ser mais deferente, mesmo se a história da vida de Michel de Montaigne fica amplamente comprometida na operação. Não podemos esquecer que S. Freud nos mostrou que a palavra ou o acto falho, o lapso ou o recalque, possuem densidades significativas, que solicitam ou impõem uma descodificação. É evidente que Montaigne vive uma relação extremamente violenta com a mãe, que há séculos espera esclarecimento, tanto mais que esta conflitualidade se exarcebou entre 1561 e 1567, ou seja seis anos de choques nos quais participa também Pierre Eyquem, marido e pai. Ora não se trata de um conflito de adolescência, pois então Montaigne contava nada menos de trinta e quatro anos, idade mais que suficiente para alcançar a sagueza.

Dispomos de algumas hipóteses de interpretação e de explicação desta conflitualidade, na medida em que está em causa a mudança de estatuto do jovem Michel Eyquem, filho de Pierre Eyquem, membro de uma ampla fracção da burguesia comercial francesa que procura transitar para o estatuto da nobreza, tendo-o conseguido; se o pai, Pierre Eyquem é ainda, e como tal tendo morrido, um burguês rico de Bordéus, já seu filho fará o necessário, apoiando-se sobretudo no capital reunido por seu pai, para adquirir um lugar na nobreza gascã. Esta operação foi amplamente facilitada pela aquisição do castelo e das terras de Montaigne por Pierre Eyquem. A situação é deveras curiosa, pois Michel de Montaigne, educado no meio da burguesia comercial, que era tanto a de seu pai, como o da sua família materna, se apresenta como um pensador da nobreza, lugar onde acabou por

integrá-lo uma crítica francesa nitidamente intimidada pela grandeza do moralista.

É neste quadro que devemos instalar a figura da mãe, Antoinette Louppes – patromínio do qual muitos pretendem ver uma corruptela do Lopes português – que pertencia à comunidade sefardita de Bordéus que fora amplamente reforçada pelos judeus peninsulares obrigados, entre 1492 e 1496, a abandonar a Península Ibérica, marcados pelo peso de duas expulsões, a primeira ordenada pelos reis católicos, cabendo a segunda ao rei Dom Manuel I. É por essa razão que se hesita em lhe atribuir a nacionalidade portuguesa, pois podia muito bem pertencer à sociedade judia de Toledo. Todavia a grafia Louppes remete mais certamente para o Lopes português, do que para o Lopez castelhano. Estamos, contudo, absolutamente certos da sua inserção nesta comunidade, especializada no comércio de importação-exportação a longa distância, ramo no qual também trabalhava Pierre Eyquem. As relações entre os Louppes e os Eyquem parece terem sido suficientemente apertadas não para permitir o casamento, mas também para, estando previsto que Michel Eyquem, o futuro Michel de Montaigne seguisse a carreira jurídica, fosse enviado para Toulouse onde esteve instalado junto da sua família judia materna.

Os comentadores manifestam alguma surpresa perante o silêncio observado por Montaigne no que se refere às condições e aos acidentes provocados pela sua instalação em Toulouse, havendo ensaístas que não hesitam – é o caso de Jean Laccuture – em a minimizar, talvez por excesso de temperamento gascão. Ora não é necessário recorrer a Sherlock Holmes ou a Hercule Poirot para nos darmos conta de que a

exclusão da mãe foi alargada, ou precedida pela exclusão da família materna: são os Louppes, com a sua fidelidade ao judaísmo que traumatizam Michel Eyquem. Por essa razão serão eles repelidos, não lhes consentindo o menor espaço nos *Essais*.

Quais seriam então as relações existentes entre os Louppes e a comunidade sefardita de Bordéus? A expulsão dos judeus da Península Ibérica fizera-se entre 1492 e 1496: quando Michel Eyquem nasce, terceiro filho de seus pais, a 28 de Fevereiro de 1533, havia apenas 41 anos que estes sefarditas tinham começado a abandonar a Península Ibérica, o que permite afirmar que Antoinette Louppes nascerá já em França e provavelmente nesta Gasconha onde se enraizaram os Montaigne. Estas informações, certamente úteis, ou até indispensáveis, não permitem esclarecer um dado fundamental: qual a relação existente entre os Louppes e a comunidade judia? Mantinham-se fiéis às suas tradições sociais e religiosas, ou possuíam já o estatuto de cristãos-novos (que não devemos confundir com os marranos)?

E se o conflito entre a mãe e o filho decorresse precisamente do desfasamento registado no plano religioso, tendo Michel Eyquem sido educado no quadro do catolicismo, que tanto mobilizara a animosidade da Europa contra os judeus? Deve fazer-se a pergunta, na medida em que, há já séculos, a comunidade culta francesa decidiu dissimular, ou calar, a origem judaica de Michel de Montaigne. Ora a verdade é que não só Michel Eyquem descende de uma mãe judia, mas manteve relações íntimas e contínuas com o segmento familiar então instalado em Toulouse. Quantos Louppes estavam, então, radicados em Toulouse?

Que relações se estabeleceram entre o jovem aluno de direito e uma família formada também por comerciantes ?

Deve acrescentar-se que o conflito com a mãe durará, pelo menos, até à morte do pai: faltam-nos informações respeitantes ao destino desta mãe rejeitada após a sua viuvez, mas tal não nos impede de conhecer a relação triangular estabelecida no seio da família Eyquem. Com efeito, Pierre Eyquem redigiu a 4 de Fevereiro de 1561 o seu primeiro testamento, declarando Michel de Montaigne herdeiro e chefe de família, mas declarando a mãe – quer dizer sua mulher – senhora e usufrutuária de todos os bens. Este testamento confirma a boa relação existente entre os cônjuges, o que deve ter desagradado muito a Michel já de Montaigne.

Este primeiro testamento deve ter sido um choque para o já membro da nobreza bordaleza, e esta nova situação, patrimonial não deve ter contribuído nada para amaciar as relações entre a mãe e o filho, o qual deve ter organizado uma campanha destinada a levar o pai a modificar as suas disposições testamentárias. Com evidente êxito, pois Pierre Eyquem redigiu, a 22 de Fevereiro de 1567, um segundo testamento no qual são anuladas as disposições anteriores e fazendo de Michel de Montaigne, o único herdeiro dos seus bens. Não conseguimos encontrar documentos capazes de nos dizer quais as condições sociais e financeiras em que ficou viúva, que continuava certamente a ser protegida pelo seu grupo e pela sua família. A mãe judia é assim expulsa do mundo cristão e francês, vítima da mácula racial e religiosa de que era portadora, e que não podia deixar de comprometer o próprio estatuto de Michel de Montaigne.

Não podemos deixar de salientar a maneira como a historiografia francesa, aceitando o silêncio imposto pelo próprio Michel de Montaigne, aceita não só reduzir, mas sobretudo anular a existência desta Antoinette Louppes, que remete sempre para a parte judia da herança genética e cultural de Montaigne. Não estaremos antes perante uma clara manifestação do clássico anti-semitismo francês, eventualmente reforçado pelo eco das operações peninsulares ? E não encontramos aqui a determinação a que recorre o descendente de uma mãe judia para eliminar a mácula que torna menos reluzentes as suas armas ? Se o burguês Eyquem pode atravessar os umbrais dos *Essais*, já a mãe é travada no limiar da porta para impedir que seja posta em dúvida a pureza do sangue cada vez mais nobre dos de Montaigne.

É certo que *Les Essais* não são uma autobiografia, e jamais pretenderam ser assim classificados. Se a experiência de Michel de Montaigne fornece a trama da escrita, o leitor, qualquer de nós, é convidado a proceder não apenas ao inventário do dito, ou mesmo do bem dito, mas sobretudo ao levantamento do que não é dito, ou do que é decididamente rejeitado. Há a distinguir o que pode pertencer ao espaço do esquecimento, e aquilo que só pode ser classificado como rejeição, dependente de um projecto e visando um determinado objectivo. Michel de Montaigne não pode ignorar a existência de sua mãe e de sua família materna. É por isso, de maneira decidida, que resolve não se referir nem a uma, nem aos outros. O que deixa latente outra pergunta: e se houvesse já, no quadro da família Eyquem, um debate provocado por esta presença judia, que fazia dos Eyquem, como depois dos Montaigne, os portadores de 50% de bom sangue judeu?

Também é certo que a história cultural francesa adoptou, face a esta situação, o ponto de vista de Michel de Montaigne, acabando por considerar natural que um filho, que escreve sobretudo a partir da sua experiência pessoal, cale toda e qualquer referência a sua mãe. Seria certamente abusivo acusar a globalidade da crítica francesa de ser anti-semita. Mas já nos parece possível salientar a sua complacência perante esta dissimulação da origem judaica de Michel de Montaigne, o que implica também que se cale a sua origem peninsular e eventualmente portuguesa.

Referências Bibliográficas

- Montaigne, *Essais*, Paris, Bibliothèque de la Pléiade, Gallimard, 1940 (1595).
- , *Essais*, Paris, Le livre de Poche (Pochothèque), 2001.
- Baraz, Michael, *L'être et la connaissance selon Montaigne*, Paris, Corti, 1969.
- Jeanson, François, *Montaigne par lui-même*, Paris, Editions du Seuil, 1994.
- Lacouture, Jean, *Montaigne à cheval*, Paris, Editions du Seuil, 1998.
- Starobinski, Jean, *Montaigne en mouvement*, Paris, Gallimard, 1993.
- Trinquet, Roger, *La jeunesse de Montaigne*, Paris, Nizet, 1972.
- Zweig, Stefan, *Montaigne*, Paris, P.U.F., 1982.